



PROCESSO N.º 133/06

PROTOCOLO N.º 8.650.677-7/05

PARECER N.º 471/06

APROVADO EM 06/10/06

CÂMARA DE ENSINO FUNDAMENTAL

INTERESSADA: ESCOLA RURAL MUNICIPAL PAULO FREIRE – EDUCAÇÃO
INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

MUNICÍPIO: RIO BONITO DO IGUAÇU

ASSUNTO: Pedido de autorização de funcionamento da Educação de Jovens e
Adultos – Ensino Fundamental – Fase I.

RELATORA: TERESA JUSSARA LUPORINI

I – RELATÓRIO

1 – A Secretaria de Estado da Educação encaminha, pelo Ofício n.º 174/06 -GS/SEED, com incluso Parecer n.º 169/06, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento - CEF/SEED, o protocolo em referência, pelo qual a direção da Escola Rural Municipal Paulo Freire - Educação Infantil e Ensino Fundamental, assentamento Marcos Freire, Município de Rio Bonito do Iguaçu, mantida pela Prefeitura Municipal, solicita autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Fase I, de forma simultânea, a partir do início do ano letivo de 2006.

2 – Dados Gerais do Curso

- Curso: Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Fase I.
- Regime de funcionamento: preferencialmente no período matutino e vespertino, podendo atender no período noturno.
 - Regime de matrícula: será realizada em cada módulo.
 - Carga horária: 1.200 (mil e duzentas) horas.
 - Modalidade de oferta: presencial.
 - Frequência: frequência mínima de 75% da carga horária total prevista para cada disciplina na matriz curricular.

3 – Organização Curricular

A organização curricular está disposta na matriz curricular, apresentando as áreas do conhecimento organizadas em quatro módulos, norteadas pelos três eixos: cultura, trabalho e tempo.



PROCESSO N.º 133/06

Matriz Curricular

Matriz Curricular					
Educação De Jovens E Adultos - Ensino Fundamental – Fase I					
Estabelecimento: Escola Rural Municipal Paulo Freire					
Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu					
Localidade: Rio Bonito do Iguaçu NRE: Laranjeiras do Sul					
Ano de Implantação: 2006					
Forma: Simultânea			Módulo: 20 Semanas		
Carga horária total do curso: 1.200 horas					
	MÓDULOS				
Áreas do Conhecimento	1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo	4º Módulo	Total horas
Língua Portuguesa					
Matemática	16 horas semanais x 20 semanas	16 horas semanais x 20 semanas	14 horas semanais x 20 semanas	14 horas semanais x 20 semanas	1.200
Estudo da Sociedade e da Natureza					
Total Geral	320	320	280	280	1.200
Total geral em horas: 1.200					

4 – Processo de Avaliação

O processo de avaliação, classificação e promoção estão descritos no Regimento Escolar (cf. fls. 75 a 79).

5 – O Plano de Avaliação Institucional está disposto no processo à folha 66.

6 – O Plano de Capacitação Continuada do Corpo Docente está descrito às folhas 67 a 69 do processo.



PROCESSO N.º 133/06

7 – Corpo Docente

A relação dos docentes indicados para o curso consta do Anexo I deste Parecer.

8 – Recursos Físicos e Materiais

Os recursos físicos e materiais estão descritos às folhas 15,16,90 e 91 do referido processo.

9 – Comissão Verificadora

A Comissão Verificadora, designada pelo Ato Administrativo n.º 106/05 (cf. fl. 86), do NRE de Laranjeiras do Sul, constatando “*in loco*” a existência das condições mínimas para o regular funcionamento, bem como da Proposta Pedagógica adequada à Deliberação n.º 14/99-CEE e do Regimento Escolar adequado à Deliberação n.º 16/99-CEE, foi de parecer favorável à autorização de funcionamento do curso (cf. fl. 92).

II - VOTO DA RELATORA

Considerando o exposto e o Parecer n.º 169/06 - CEF/SEED, somos pela autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Fase I, presencial, de forma simultânea, a partir do início do ano letivo de 2006, com matrícula por módulos e em todas as áreas do conhecimento e com carga horária de 1.200 (mil e duzentas) horas, na Escola Rural Municipal Paulo Freire – Educação Infantil e Ensino Fundamental, assentamento Marcos Freire, Município de Rio Bonito do Iguaçu, mantida pela Prefeitura Municipal.

A autorização do curso, em caráter excepcional, terá validade por 4 (quatro) anos, contados a partir da data de publicação do ato autorizatório, renovável após verificação complementar, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, conforme art. 34 da Deliberação n.º 04/99 - CEE, desde que, após 2 (dois) anos da autorização, tenha avaliação favorável pela SEED.

Alerta-se que foi alterada pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 31 de janeiro de 2006, a nomenclatura da disciplina do Ensino Fundamental, de Educação Artística para Artes. Deve, portanto, a instituição de ensino fazer a devida adequação.



ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO N.º 133/06

Devolva-se o processo ao estabelecimento de ensino para constituir acervo e fonte de informação.

É o Parecer.

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Fundamental aprova, por unanimidade, o Voto da Relatora.
Curitiba, 05 de outubro de 2006.

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.

Sala Pe. José de Anchieta, em 06 de outubro de 2006.



PROCESSO N.º 133/06

ANEXO I

Estabelecimento: Escola Rural Municipal Paulo Freire – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Município: Rio Bonito do Iguaçu

Curso de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Fase I

RELAÇÃO DE DOCENTES

DOCENTE	FORMAÇÃO
Ana Nunes Padilha	• Normal, nível Médio
Arlene Poleze	• Habilitação Magistério – 2º Grau
Cleonice Pereira de Jesus	• Habilitação Magistério – 2º Grau
Debie Nogueira	• Normal, nível Médio
Elaine Aparecida Lopes	• Habilitação Magistério – 2º Grau
* Elisangela Fretta	• Habilitação Magistério – 2º Grau (Histórico Escolar)
** Graciele da Silva	• Especialização – Pedagogia Escolar – Supervisão, Orientação e Administração
* Janice Buratto	• Normal, nível Médio (Histórico Escolar)
** Kátia Aparecida de Ramos dos Santos	• Certidão: Curso de Formação de Professores para Educação Especial Estudos Adicionais, nível 2º Grau
** Márcia Aparecida Segóbio	• Vizivali – Programa Especial Capacitação para Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil
Nadir Soares de Barros	• Habilitação Magistério de 2º Grau

* Apresentar Diploma

** Comprovar habilitação específica



PROCESSO N.º 133/06

DECLARAÇÃO DE VOTO

A definição quanto ao período de vigência de autorização de cursos de EJA precisa ser analisado com cautela. O artigo 34 da Deliberação CEE n.º 04/00 define que, quando a autorização para funcionamento referir-se às quatro primeiras séries ou ciclo do Ensino Fundamental ou Fase I da Educação de Jovens e Adultos, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, o ato será concedido por um período de quatro anos.

Contudo, a Deliberação CEE n.º 12/99 deu nova configuração para os cursos de EJA. A Deliberação n.º 08/00-CEE consolidou o processo de aligeiramento. O quadro comparativo abaixo ilustra as mudanças ocorridas após a aprovação de Deliberação n.º 04/00-CEE:

Quantidade de horas-aula	Deliberação 34 de 29/11/1984	Deliberação 12 de 03/09/99	Deliberação 08 de 20/12/00
Fase I	*1	1300 horas-aula	1200 horas-aula
Fase II	2000 horas-aula	1900 horas-aula	1200 horas-aula
Fase III 2º Grau/Ens. Médio	1950 horas-aula	1600 horas-aula	1200 horas-aula

Deve-se concordar que os cursos de EJA passaram por mudanças significativas. A Deliberação que nivelou a carga horária em 1200 horas-aula definiu em seu Artigo 17:

“A autorização dos cursos de Educação de Jovens e Adultos terá validade de 02 (dois) anos, devendo submeter-se após esse período a processo de avaliação pelo Sistema Estadual de Ensino.”

Portanto, os Conselheiros que aprovaram a Deliberação CEE n.º 08/00 tiveram o bom senso de definir um processo de avaliação, após dois anos de execução da forma de oferta com 1200 horas-aula, para, com base na

¹ A Deliberação 34/84, em seu Artigo 21, definia uma duração mínima de 3320 horas-aula para o curso de 1º grau supletivo. Ocorre que os cursos eram ofertados na forma sistemática e assistemática. A forma assistemática permitia organizações outras, inclusive EAD, contudo o processo de avaliação era sempre fora do processo.



PROCESSO N.º 133/06

avaliação, definir pela continuidade ou alteração desta oferta. Como ainda não houve esta avaliação sistemática não podemos concordar com autorização de quatro anos para nenhuma das fases em quaisquer circunstâncias. Após o processo de avaliação já propusemos na Deliberação CEE n.º 06/05 o período de quatro anos, não somente para Fase I como também para todas as fases.

É lamentável a confusão que se faz entre cursos e exames. A defesa de avaliação no processo para os cursos aligeirados tem sido um desastre e uma forma de emissão de certificados e diplomas sem lastro com o conhecimento correspondente, mas atende ao desejo de manutenção da exploração desta fatia do mercado educacional, onde se acolhe a demanda dos excluídos, que hora ou outra precisam de um papel para comprovar a escolaridade que não tiveram, para poderem disputar empregos de baixa qualificação, onde os selecionadores realizam corte escolar para facilitar o trabalho de seleção dos mais aptos ao conhecimento tácito.

Seria mais tranqüilo organizar cursos assistemáticos para quem não pode freqüentar a escola na idade apropriada, se não existissem fortes interesses mercadológicos na oferta. Quantos impérios educacionais privados foram montados com os recursos arrematados dos cursos de EJA?

A sociedade desigual em que vivemos não pode ler a Lei 9394/96 e interpretar em seu conjunto os artigos 7º, 17 e 37. Não existe na cabeça da maioria dos juízes o conceito de equidade; igualdade já é pedir muito. Precisamos da intervenção conjunta dos poderes públicos nos cursos de EJA, num projeto que garanta ensino de qualidade gratuito, senão continuaremos enganando muita gente e nos enganando quando acreditamos que fazemos nossa parte, o que é pior. Os processos aligeirados de Cursos de EJA da oferta privada tem influenciado negativamente a oferta pública de EJA e a oferta de EJA, tem influenciado negativamente, em termos de aligeiramento, encurtamento do roteiro de estudos, dos cursos regulares da oferta pública e privada.

Precisamos acordar um processo de avaliação da qualidade dos cursos de EJA e todos os atores educacionais devem se empenhar nesta tarefa. Encurtar o itinerário de formação, o que fazemos desde a Deliberação CEE n.º 08/00 não pode implicar em facilidades para quem quer ganhar dinheiro fácil com a educação.

Arnaldo Vicente
Conselheiro